Royalties: as riquezas assaltadas do Rio

Tadeu Nascimento

O início do século XVIII era promissor, mas esgotaram as nossas minas de ouro e diamante. Dizem que a imensa riqueza explorada durante 80 anos foi toda para a Inglaterra. Assim, a Província Fluminense voltava a ser apenas parte de uma colônia lusitana inviável economicamente, até que, por volta de 1780, apenas quatro sementes de café plantadas no Largo da Carioca, germinaram e seus frutos foram tomando conta das chácaras do Flamengo, Laranjeiras e Santa Teresa. Em pouco tempo, transformaram o Alto da Boa Vista em fantásticas fazendas produtoras e exportadoras de café.

Em seguida as plantações desceram para Campo Grande, Santa Cruz e se espalharam por todo o território Fluminense. Em apenas 30 anos, a lavoura Fluminense tornou-se a maior produtora e exportadora de café do mundo. A riqueza da Província Fluminense, sozinha, sustentou o maior Império das Américas e um dos maiores do mundo. Em um só ano, em 1854, o Porto do Rio exportou em Libras Esterlinas mais do que o país havia produzido em 80 anos de exploração de ouro e diamantes. Graças ao café.

A Província Fluminense, ainda totalmente só, sem qualquer ajuda governamental, conquistou todos os mercados consumidores de café do mundo, antes abastecidos por mais de dois séculos por toda a produção da América Central e Colômbia.

Mas a cobiça e os interesses imediatistas, aliados à falta de visão estratégica dos governantes, liquidaram Província Fluminense na segunda metade do século XIX, justamente quando a cafeicultura do Estado estava no auge, representando 60% da produção brasileira.

Mas ainda sobrara do golpe o Porto do Rio, que apesar de suas excepcionais condições marítimas, a melhor do país, acabaria também sendo liquidado. E o foi quando, em 1952, o Ministro da Fazenda impôs aos vereadores da Câmara do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, que só daria o aumento do jetom pleiteado se criassem um imposto sobre as exportações de café pelo Porto.

A exigência foi concedida. E o Porto do Rio de Janeiro tornou-se o mais oneroso do país, reduzindo a zero a sua exportação cafeeira. O porto esvaziou e os seus 22 excepcionais armazéns, inutilizados pela medida, acabaram transformados décadas depois em Barracões de Escolas de Samba.

Como consequência da queda drástica da economia Fluminense, seus municípios passaram a viver de mesadas do Governo Federal, por meio de participação no Fundo Federal dos Estados e Municípios. Tentou-se, ainda, uma última iniciativa: a de se exportar pelo Porto do Rio de Janeiro a produção cafeeira do Paraná. Quando começou a ter sucesso a iniciativa, o Governo Paulista baixou o Decreto criando a Taxa-Ouro de 5% sobre o valor do café que transitasse pelo seu território para outros portos brasileiros. Estariam, porém, isentos se exportados por Santos. E assim começou a decadência do mais importante Porto Marítimo brasileiro, aquele que fez a independência política e econômica do Brasil, bem como a grandeza do Império.

Depois de quase um século de imensos sacrifícios por ter que suportar o monstruoso custo social, econômico e político criado pela ocupação desenfreada da população carente distribuída em mais de mil favelas – consequência do êxodo rural imposto pela erradicação de sua cafeicultura – o Estado do Rio de Janeiro, teve, mais uma vez, a missão de salvar a economia brasileira.
E isso ocorreu quando foram descobertos, em seu território, formidáveis campos petrolíferos. Foi-lhe negado, contudo, o seu direito constitucional e universal de cobrança de 25% de Royalty sobre a exploração do petróleo.

Cabia-lhe, não obstante, o direito sagrado e constitucional da cobrança do ICM sobre a produção do mesmo. Ledo engano, o Senado negou-lhe esse direito, ao aprovar um projeto de lei isentando o petróleo do pagamento do ICMS. Suportou assim o Estado do Rio de Janeiro todo o ônus da sua exploração. Até que, anos depois, criou-se o Royalty, na verdade, uma compensação bem-vinda, embora tardia e muito aquém do prejuízo sofrido.

Eis que agora a cobiça rouba novamente do Rio de Janeiro o seu direito de auferir o "bônus" de suas riquezas e as distribui injustamente por todos os estados, enquanto o "ônus" da exploração quase predatória do petróleo deve ser suportado exclusivamente pela população Fluminense. Até quando iremos assistir ao esfacelamento do sistema federativo de nossa nação, por meio do desrespeito da nossa constituição? Até quando assistiremos a decisões injustas que beneficiam outros estados em detrimento do Rio de Janeiro? Uma federação que usurpa e pilha os seus entes, ou um deles reiteradamente, não tem futuro. Temos o direito de reagir.

Ruy Barreto, industrial do café e ex-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro